

António Costa Pinto
Luís de Sousa
Pedro Magalhães

Introdução

O estudo dos regimes democráticos sofreu mudanças consideráveis nas últimas quatro décadas. Nas décadas de 70 e 80, a evolução da Europa do Sul e de alguns países da América Latina levou a uma preocupação com a mudança de regime, ou seja, com as «transições para a democracia». Com a terceira vaga de democratizações, o foco de atenção mudou para a «consolidação democrática»: «dos modos como os regimes democráticos vêm a ser para os modos como se tornam estáveis e seguros» (Plattner 2005, 77).

Hoje parece prevalecer uma dupla preocupação. Por um lado, a consolidação do autoritarismo, após processos de democratização, e a emergência de semidemocracias, ou regimes híbridos, provocaram um novo interesse sobre estudos das ditaduras e do autoritarismo competitivo (Levitsky e Way 2010). Por outro lado, com o fim da guerra fria e a expansão da democracia liberal no mundo,¹ os académicos começaram a reflectir sobre uma nova realidade: o foco de interesse deixou de ser os processos de «transição» para a democracia, ou da sua «consolidação», para ser a «qualidade» da mesma. Como disse Adam Przeworski, «tendo estudado a liberalização, a transição e a consolidação, descobrimos que há algo ainda por melhorar: a democracia» (Przeworski 2010, XIII).

Têm ocorrido desenvolvimentos metodológicos e teóricos consideráveis nesta nova forma de entender a democracia. Vários tipos de medições e avaliações têm sido desenvolvidos e aplicados às democracias com diferentes graus de consolidação (O'Donnell *et al.* 2004). No entanto, a maioria dessas medições e avaliações é movida por um objectivo comum: perceber o que faz uma democracia «melhor» ou «pior» e fornecer aos decisores políticos e outros agentes relevantes ideias sobre como esta pode ser melhorada e reforçada (Diamond e Morlino 2005; Morlino 2006).

¹ V. o *Freedom House Democracy's Century Report*, 1999, disponível em <http://www.freedomhouse.org/reports/century.pdf>.

Qualquer forma de «medir» a qualidade da democracia (QD) tem de começar com uma definição dos dois termos que constituem este conceito complexo e multidimensional: a democracia e a qualidade. Democracia não é de forma alguma um conceito consensual, mas talvez a definição mais pertinente utilizada seja a de Robert Dahl, que na sua obra *Democracy and its Critics* estabelece sete princípios que definem o seu tipo ideal de democracia, designada «poliarquia» (1989, 221):

1. A existência dos eleitos constitucionalmente vinculados que controlam as decisões do governo sobre as políticas públicas;
2. A prática regular de eleições livres e justas, como um mecanismo para comparar e escolher as principais figuras do governo, conduzidas de um modo em que o uso da coerção é relativamente incomum;
3. Este sufrágio deve ser universal e inclusivo: praticamente todos os adultos têm o direito de votar (capacidade eleitoral activa); e
4. Candidatar-se para cargos electivos (capacidade eleitoral passiva), embora para alguns cargos electivos, como os presidenciais, possa haver maiores limites de idade para a elegibilidade do que para a capacidade de votar;
5. A existência de liberdades e garantias, que permitem aos cidadãos expressar-se sem medo de represálias ou punições severas sobre as suas ideias e o posicionamento político, incluindo as suas críticas em relação aos funcionários públicos, ao governo, ao regime, à ordem sócio-económica e à ideologia dominante;
6. Os cidadãos também têm o direito de buscar fontes alternativas de informação, que devem ser reguladas e protegidas por lei;
7. Assim como têm o direito de formar associações relativamente autónomas, incluindo partidos políticos e grupos de interesses independentes, para atingir os seus direitos, incluindo os listados acima.

Esta definição foi enriquecida por outras contribuições (Schmitter e Karl 1991; Morlino 2006; O'Donnell 2010; Przeworski 2010), mas a sua essência permanece inalterada: a poliarquia de Dahl oferece uma conceptualização *processual* ou *procedimental* da democracia.

Contudo, a democracia, como um sistema de governação, não se caracteriza apenas por um conjunto de regras e procedimentos básicos a estabelecer quem tem o direito de tomar decisões colectivas. A democracia é também um conjunto de valores fundamentais historicamente construído e uma mistura complexa de instituições que colocam esses

princípios em prática com sucesso maior ou menor (Bobbio 1988; Mény 1999; Beetham 1994). Neste sentido, poderíamos argumentar que a poliarquia de Dahl não é o ponto de chegada, mas o de partida. Como formulou Michael Coppedge, a poliarquia é «um grau mínimo aceitável de democracia» (2004, 240).

Mas como é que se passa da discussão sobre se um regime é ou não «democrático» para a discussão sobre a «qualidade da democracia»? Larry Diamond e Leonardo Morlino (2005, xi) sugerem que a «qualidade» tem três significados, com diferentes implicações para a sua medição: (1) qualidade do procedimento (*procedure quality*) no qual a qualidade de um produto «é o resultado de um processo exacto e controlado, que obedece a métodos e *timings* precisos e rigorosos»; (2) qualidade do conteúdo (*content quality*), ou seja, a qualidade que resulta «das características estruturais de um produto, tais como a sua configuração, os materiais ou o seu modo de funcionamento»; (3) qualidade dos resultados (*result quality*), ou seja, a qualidade de um produto ou serviço «pode ser directamente observável através do grau de satisfação do cliente, independentemente da forma como o produto em causa é produzido e do seu conteúdo específico».

Na base destas definições, os autores conceptualizam a «qualidade da democracia» como um regime em que aos cidadãos é concedido «um alto grau de liberdade, igualdade política e controlo sobre as políticas públicas e os políticos através do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis. Nesta linha, uma «boa» democracia é, em primeiro lugar, um regime amplamente legitimado que satisfaz as expectativas dos cidadãos em relação à governação (qualidade em termos de resultado). Uma «boa democracia» é também [um regime] em que os seus cidadãos, associações e comunidades desfrutam de uma liberdade e igualdade política vasta (qualidade em termos de conteúdo). Finalmente, uma «boa» democracia também é um regime em que os cidadãos têm o poder soberano para avaliar se o governo fornece a liberdade e a igualdade de acordo com o Estado de direito. Os cidadãos, as suas organizações e os partidos participam e competem para garantir que os eleitos sejam responsáveis pelas suas políticas e acções. Eles monitorizam a eficácia e a equidade da aplicação das leis, a eficácia das decisões do governo e a responsabilidade política e a responsividade das autoridades eleitas. As instituições governamentais também são mutuamente responsáveis (*hold one another accountable*) perante a lei e a constituição (qualidade em termos de procedimento)» (Diamond e Morlino 2005, xi).

No entanto, esta definição de QOD levanta três problemas. Primeiro, há a presunção geral de que as várias dimensões que definem a qualidade

da democracia – normativa, processual ou dos resultados – devem relacionar-se de uma forma harmoniosa. Mas a crença de que essas diferentes dimensões possam convergir e evoluir para um tipo de política ideal continua a ser uma utopia. A evidência histórica ensina que nenhuma democracia pode ser equiparada ao tal tipo-ideal. A análise comparativa demonstra que há espaço para inconsistências e compensações entre as várias dimensões da QD. Como explicam Diamond e Morlino (Diamond e Morlino 2005, xxxii-iii), «Com certeza, todas as coisas boas não funcionam sem problemas. Uma democracia de alta qualidade, portanto, não será indefinidamente alta em todas as [dimensões] da qualidade da democracia. Democracia é um conceito e uma realidade política suficientemente elástica para lidar e conviver com essas contradições [que são] produtos dos processos de modernização inacabados». Mény (1999, 115) coloca a mesma ideia de uma forma sucinta: «Aquilo a que tradicionalmente e facilmente chamamos ‘a democracia’ é um sistema que mistura intimamente elementos democráticos com não democráticos em combinações que variam no tempo e no espaço, sujeitos continuamente a uma análise da sua legitimidade perante as elites, em particular, e as pessoas, em geral».

Segundo, há uma crença generalizada de que as pessoas têm uma compreensão comum dessas dimensões no seio de uma sociedade e entre sociedades diferentes. No entanto, ao avaliar a qualidade da democracia, deve-se ter em mente que as estruturas cognitivas sobre as instituições e os processos da democracia são substancialmente diferentes em grupos sociais distintos, em especial entre os que exercem o poder e aqueles sobre quem a autoridade é exercida. Os cidadãos organizam o seu conhecimento sobre a democracia por meio de quadros mentais abstractos, alimentados por uma variedade de fontes de informação (como os *media*, vários grupos sociais, livros, internet...), com diferentes graus de sofisticação e consistência. Esses quadros mentais representam a sua compreensão sobre como a democracia está organizada e como funciona. Por outras palavras, as pessoas recorrem a esquemas para organizar o conhecimento actual e fornecer um quadro para a compreensão da democracia.

Por outro lado, as percepções dos políticos são mais endógenas ao sistema político e por isso tendem a expressar uma visão mais elaborada e informada do seu *modus operandi*. Este contraste em níveis cognitivos é fundamental para a compreensão do apoio e da legitimidade da democracia. É importante distinguir entre as percepções sobre o desempenho do regime democrático realizado por um actor com responsabilidades directas pelo seu funcionamento daquelas mantidas pelos cidadãos em

geral, que são em grande parte mantidos à distância da política e só são convidados a interagir com a mesma durante as eleições (e só excepcionalmente por referendo ou por outras formas de participação institucionalizada).

Da mesma forma, as variações entre sociedades e culturas sobre os significados e entendimentos da democracia também podem ser consideráveis. Curiosamente, parece que, quando é pedido às pessoas para definirem a democracia, a maioria dos cidadãos em países muito diferentes parece centrar-se nas liberdades cívicas, e não tanto em eleições ou regras constitucionais: «as pessoas parecem entender que a democracia eleitoral e constitucional não é suficiente. Para a maioria das pessoas, o verdadeiro significado da democracia é o que ela produz» (Dalton *et al.* 2007, 147). Contudo, em alguns países, as definições da democracia baseadas na igualdade e justiça social competem em importância com outras (Dalton *et al.* 2007, 147; v. também Camp 2001). Traços culturais e padrões de desenvolvimento institucional e/ou sócio-económico diferentes ajudam a explicar as variações em percepções dos cidadãos, a aquiescência e a apropriação de padrões democráticos. As pessoas que experimentaram a democracia deliberativa já podem atribuir à participação um valor diferente daquelas que só são chamadas a dar o seu voto a cada quatro anos. As pessoas que viveram até recentemente sob o autoritarismo são susceptíveis de dar um valor mais alto à transparência das instituições de governação, enquanto aquelas que vivem sob condições económicas adversas podem acreditar que a transparência e a responsabilidade são secundárias à eficiência. E assim por diante.

A noção de que diferentes indivíduos e grupos têm crenças diferentes sobre o significado de democracia levanta a terceira e última questão, aquela que é central neste livro: as definições académicas sobre a «qualidade da democracia» nem sempre reflectem as expectativas das pessoas. E, a este respeito, é bastante difícil de atingir um equilíbrio. Por um lado, isto levanta um problema para as medições da «qualidade da democracia» que não incluam os indicadores da opinião pública, ou seja, a maneira como os cidadãos, em geral, avaliam essa mesma qualidade, assim como a maneira como pessoas diferentes fazem avaliações distintas. Não é surpreendente que uma democracia possa ter uma pontuação elevada nas várias dimensões da «qualidade da democracia» medida «objectivamente», mas que os seus cidadãos possam sentir-se insatisfeitos com o desempenho do seu regime. Mesmo que tentemos explicar tal discrepância como resultado de uma capacidade cognitiva pública bastante baixa para compreender as políticas/política, da vulnerabilidade dos cidadãos

ao sensacionalismo dos *media*, da diversidade de interesses e preocupações na sociedade e da tendência inerente dos cidadãos para estarem sempre insatisfeitos com aquilo que têm, isso não os impede de avaliar a qualidade da sua própria democracia quando confrontam o seu *modus operandi* com os mecanismos e resultados de outros regimes. Em última análise, como alerta Plattner (2005, 78 e 81), a selecção de padrões/indicadores para fins de medição ou auditoria da qualidade da democracia é frequentemente tendenciosa, porque impõe as preferências políticas particulares de investigadores «como padrões objectivos da qualidade» aos cidadãos nativos dos países que estão a ser estudados.

É certo que devemos ter o cuidado de não generalizar ou relativizar demasiado os conceitos, deixando a cidadãos que, em alguns casos, podem até não ter experimentado o funcionamento de um regime processual democrático a tarefa de definir o que os investigadores querem medir. Em vez disso, como sugere Michael Coppedge, temos de ser responsáveis pela conversão de interesses e visões da democracia em conceitos analíticos e sócio-científicos, decidindo «quais destes conceitos podem ser naturalmente articulados num quadro teórico coerente» (2004, 241). Contudo, mesmo que os cidadãos possam eventualmente apresentar noções parciais, distorcidas e menos sofisticadas da democracia, a verdade é que cada indivíduo tem uma visão de um regime ou uma sociedade em que ele gostaria de viver. Por isso, mais do que ser um conceito contestado, a democracia é um processo em constante redefinição. Daí que seja crucial estabelecer formas válidas para medir e avaliar o progresso democrático tanto para os políticos como para os cidadãos, em geral, poderem avaliar a evolução da sua democracia (Diamond e Morlino 2005).

É este o mote geral que preside a este livro: analisar, de forma rigorosa e com um conjunto de conceitos teoricamente articulados, o que os portugueses querem da democracia e como avaliam o seu regime democrático. A base de trabalho fundamental dos vários capítulos que compõem este livro é um inquérito realizado em Julho de 2011 a uma amostra representativa da população residente em Portugal com 18 ou mais anos.² Os resultados deste inquérito já foram objecto de um relatório e de uma

² O inquérito foi realizado pela GfKMetris durante o mês de Julho de 2011, junto de uma amostra representativa da população com 18 ou mais anos residente em Portugal continental, constituída por um total de 1207 inquiridos. Os inquiridos foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis «sexo», «idade» (sete grupos), «instrução» (dois grupos), Ocupação (dois grupos), «região» (sete regiões GfKMetris) e «habitat/dimensão dos agregados populacionais» (cinco grupos). A informação foi recolhida através de entrevista directa e pessoal, em total privacidade.

conferência realizada em 2012.³ Contudo, este livro permitiu uma análise mais aprofundada dos dados e, em vários capítulos, o confronto destes resultados com os de outros projectos e fontes de informação. Para além disso, a estrutura do livro reflecte a «decomposição» do conceito de democracia em várias dimensões distintas, nuns casos compatíveis, noutras casos em «tensão» mútua. O primeiro capítulo, de Luís de Sousa, aborda a dimensão do *Estado de direito*. Até que ponto consideram os portugueses que os seus direitos fundamentais se encontram garantidos e, em particular, como avaliam o funcionamento do sistema judicial do ponto de vista da sua independência, acesso, equidade, eficiência e eficácia? Os resultados mostram que nem todos estes aspectos suscitam avaliações igualmente negativas, havendo a percepção maioritária de que as decisões são respeitadas e de que os tribunais são independentes em relação ao poder político. No entanto, em geral, os resultados são pouco animadores, e não apenas na «habitual» queixa sobre a falta de rapidez das decisões. Mais preocupante ainda do que a questão da celeridade – uma questão de «eficiência» –, o sistema judicial é visto de forma particularmente crítica em relação à sua (falta de) equidade: três em cada cinco portugueses acham que os cidadãos não são tratados da mesma forma pelos tribunais, variando esse tratamento com o estatuto económico, social e político das partes. Luís de Sousa escreve também sobre a maneira como a experiência directa dos indivíduos com a justiça muda muito pouco estas percepções, assim como sobre o tema da corrupção, visto pelos portugueses como um dos defeitos mais centrais da maneira como funciona a nossa democracia.

Marco Lisi, Riccardo Marchi e Ana Maria Evans abordam outra dimensão central da democracia, a *participação* dos cidadãos. É sabido e demonstrado que os níveis de participação política em Portugal, seja eleitoral, seja, especialmente, não eleitoral, são comparativamente baixos no contexto europeu. Todavia, os autores vão mais longe na explicação das causas desta baixa participação. Lisi, Marchi e Evans mostram como os portugueses têm «uma visão muito negativa no que diz respeito às oportunidades da participação», desconfiando maioritariamente dos tradicionais actores de mobilização, partidos e sindicatos, e preferindo formas de associativismo extrapartidário e extra-sindical. O voto é visto como a forma mais eficaz de participar, em contraste com iniciativas de contacto directo com políticos ou partidos, vistas como ineficazes.

³ A conferência internacional «The quality of the Portuguese democracy in hard times» foi realizada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 12 de Junho de 2012.

Mónica Brito Vieira e Nina Wiesehomeier abordam o tema da representação política e assim complexificam o diagnóstico anterior. Em primeiro lugar, mostram que o posicionamento ideológico dos eleitores não é indiferente para o seu sentimento e percepção de que se sentem «representados» por um partido político: enquanto a direita partilha essa percepção de forma mais intensa, os indivíduos que se situam à esquerda e (especialmente) ao centro sentem-se menos representados pelos partidos. Enquanto a esquerda tende a encontrar compensação para este défice através da participação associativa e de protesto, o «centro» é um lugar de «alienação, desafeição ou falta de interesse pela política.» Contudo, quando se trata de medir expectativas de que o poder político responda aos interesses e preocupações dos cidadãos de forma sistemática, «o cepticismo detectado entre os inquiridos foi profundo e generalizado.» Em suma, «o que prevalece é uma desorientação profunda no momento de escolher instituições ou agentes que, dentro ou fora do aparelho de Estado, canalizem as suas preocupações, quando os partidos já não se mostrem capazes de o fazer».

José Pedro Zúquete aborda a dimensão da *responsabilização vertical*, ou seja, o controlo que os cidadãos sentem conseguir exercer sobre o poder político em termos de prestação de contas. O capítulo mostra que, apesar da centralidade das eleições na concepção que a esmagadora maioria dos portugueses partilha da democracia e de a maior parte deles sentir a liberdade de voto como estando assegurada, «o voto popular é visto apenas e só como um paliativo, insuficiente» para a responsabilização. Mais de 70% dos inquiridos acham que «os decisores políticos são pouco responsabilizados pelas políticas que implementam». Zúquete fala de uma dupla lógica na necessidade expressa pelos portugueses de ir muito para além das eleições como mecanismo de responsabilização. Uma lógica de transparência, mas também uma lógica de punição, predominando esta última: «más políticas como crimes», uma concepção da responsabilização política *hard* que parece predominar e a que se chegou, porventura, devido ao falhanço apercebido de formas alternativas e mais compatíveis com a resolução institucionalizada de conflitos em democracia.

Precisamente, a *responsabilização horizontal*, aquela que resulta do controlo mútuo dos poderes do Estado, é o tema abordado por Marcelo Camerle e Edalina Rodrigues Sanches. Camerle e Sanches mostram que, do ponto de vista dos cidadãos, é o Presidente de República que tem maior capacidade para (e maior dever de) vigiar a acção dos governos. No entanto, com excepção, precisamente, do Presidente, uma maioria

dos inquiridos acha que essa acção é insuficiente por parte dos agentes de controlo. Camerlo e Sanches confrontam ainda estes dados com indicadores objectivos desta actividade de controlo, mostrando como eles são sensíveis a contextos político-institucionais, nomeadamente a relação dos agentes de controlo com as maiorias de governo.

Ekaterina Gorbunova e Filipa Raimundo analisam a protecção de *direitos e liberdades* como dimensão fundamental da democracia. Este é um dos pontos em que, do ponto de vista dos cidadãos, se pode dizer que a avaliação é mais positiva. O direito de voto, a liberdade religiosa e a liberdade de associação são aspectos que a grande maioria dos portugueses vê como assegurados no nosso país. Contudo, mesmo aqui há pontos problemáticos. Liberdade de expressão, presunção de inocência e, especialmente, garantias de não discriminação e protecção em relação a abusos policiais são aspectos bem mais problemáticos. Tal como indicam as autoras, «como sugere a leitura dos relatórios da FH e do Departamento de Estado norte-americano», este é um caso em que as percepções dos cidadãos coincidem bem com os dados objectivos.

Filipe Carreira da Silva, Mónica Brito Vieira e Susana Cabaço analisam os *direitos sociais*. Mostram, em primeiro lugar, como estes direitos parecem fazer parte da concepção que os portugueses têm de democracia, mesmo que, do ponto de vista teórico ou normativo, muitos considerem que eles ultrapassam a dimensão estritamente *procedimental* do conceito. Segundo, e em contraste com outros países, a cultura política portuguesa parece ser caracterizada por um sentimento forte de empatia com os mais pobres e valores fortemente igualitários e favoráveis ao papel redistributivo do Estado, especialmente predominantes (mas longe de serem exclusivos) entre os indivíduos que se situam à esquerda do ponto de vista ideológico. Finalmente, «há uma diferença significativa entre, por um lado, a importância atribuída aos direitos sociais e, por outro, o grau percebido da sua garantia, [que] parece sugerir uma apreensão generalizada quanto à capacidade de o Estado social satisfazer as suas promessas». Os autores concluem que, «sendo que os portugueses colocam a garantia de um nível condigno de vida no topo das exigências que fazem à democracia, esta avaliação claramente negativa do desempenho das suas funções sociais pode vir a ter repercussões na legitimidade que atribuem ao próprio regime democrático».

Marina Costa Lobo, Carlos Jalali e Frederico Ferreira da Silva abordam a dimensão da *responsividade*, ou seja, a forma como as instituições políticas de facto implementam decisões que reflectem as preferências dos cidadãos. Os autores, discutindo o conceito e analisando dados se-

cundários relevantes, mostram que Portugal, em conjunto com os restantes países da Europa do Sul, tem indicadores de baixa qualidade das políticas públicas, que têm vindo a cair na última década. Essa tendência reflecte-se nas próprias percepções dos cidadãos: «apenas um em cada três portugueses encontra-se satisfeito com o funcionamento da sua democracia; e apenas 10% consideram que os políticos têm em conta as opiniões do cidadão comum». A única diferença é que a deterioração ao longo do tempo tem sido «muito mais rápida da avaliação dos portugueses do que as avaliações externas e os dados objectivos».

Pedro Magalhães, no último capítulo, discute as consequências disto para o apoio à democracia enquanto regime, ou seja, a percepção de que é o «único regime legítimo». O inquérito de 2011 detectou um valor surpreendentemente baixo – em comparação com o passado – de inquiridos dispostos a afirmarem que «a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo». O que significa isto? Magalhães, utilizando indicadores do *World Values Survey*, permitindo a comparação de dezenas de países, mostra que os indicadores de qualidade da governação têm um efeito muito importante sobre o apoio dos cidadãos ao regime. Ao contrário da ideia feita de que esse apoio é um dado cultural ou social construído a longo prazo, os dados mostram que a crença na superioridade da democracia como regime é afectada pelo seu desempenho e pela efectividade das políticas. Portugal permanece, do ponto de vista do seu nível de desenvolvimento económico, bem acima do limiar considerado «perigoso» para a sobrevivência de um regime democrático. Para além disso, a consolidação da democracia depende em grande medida das acções das elites políticas, e não há em Portugal sérios partidos anti-sistema. Contudo, do ponto de vista do apoio popular, há sinais claros de que a legitimidade do regime democrático já foi mais prevalecte do que é hoje. Este é o sinal claro e preocupante com que termina este volume e cujas razões profundas são exploradas ao longo de todos os seus capítulos.

Referências bibliográficas

- Beetham, D., ed. 1994. *Defining and Measuring Democracy*. Vol. 36, «Sage Modern Politics Series». Londres: Sage.
- Bobbio, N. 1988. *O Futuro da Democracia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Coppedge, M. 2004. «Quality of democracy and its measurement». In *The Quality of Democracy: Theory and Applications*, eds. G. O'Donnell, J. V. Culler e O. M. Iazzetta. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 239-248.
- Dahl, R. 1989. *Democracy and its Critics*. New Haven, CT: Yale University Press.

- Dalton, R. J., D. C. Shin e W. Jou. 2007. «Understanding democracy: data from unlikely places». *Journal of Democracy*, 18 (4): 142-156.
- Diamond, L., e L. Morlino, eds. 2005. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press.
- Levitsky, S., e L. Way. 2010. *Competitive Authoritarianism*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Mény, Y. 1999. «Five (hypo)theses on democracy and its future». In *Progressive Governance for the XXI Century, Conference Proceedings*, 20-21 de Novembro de 1999, Florença: EUI and NYU Law, 111-126.
- Morlino, L. 2006. «'Good' and 'bad' democracies: how to conduct research into the quality of democracy». In *The Quality of Democracy in Post-Communist Europe*, eds. D. Hutchesson e E. Korosteleva. Londres-Nova Iorque: Routledge, 5-27.
- O'Donnell, G. 2010. *Democracy, Agency, and the State: Theory with Comparative Intent*. Oxford: Oxford University Press.
- O'Donnell, G., J. V. Cullell e O. M. Iazzetta. 2004. *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Plattner, M. 2005. «A skeptical perspective». In *Assessing the Quality of Democracy*, eds. L. Diamond e L. Morlino. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press, 77-81.
- Przeworski, A. 2010. *Democracy and the Limits of Self-Government*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Schmitter, P. C., e T. L. Karl. 1991. «What democracy is... and is not». *Journal of Democracy*, 2 (3): 75-88.